pessoas com o slot, com o avião regular para fazer o transporte das pessoas de Barretos para Congonhas, de Congonhas para Barretos, por um avião chamado Grand Caravan, operado pela TwoFlex. Começou no dia 28 de outubro de 2019.

Já no dia 29 de novembro de 2019, tive a oportunidade de estar com o pessoal todo no início da operação desse novo equipamento. No dia 10 de janeiro de 2020, começou-se todo o recape das pistas, as obras de modernização do aeroporto, que hoje já está entregue à população.

E no dia seis de outubro de 2020, estivemos no Departamento Aeroviário de São Paulo para conhecer a real situação do funcionamento do aeroporto. Durante a visita, fui atendido pelo Sr. Superintendente Antônio Claret de Oliveira e pelo assessor de Relações Institucionais do Desenvolvimento Rodoviário da Dersa.

Para encerrar, Sr. Presidente, no dia 2 de agosto de 2022, estivemos ali na ASP, a concessionária do aeroporto de Barretos. O projeto de atendimento à população da cidade ocorreu 30 dias após essa reunião.

Já no dia 24 de abril de 2023, foi realizado um pedido de requerimento, enviado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e documentações pertinentes, questionando se existe uma empresa aérea interessada em estudos e estimativas de número de passageiros e possibilidades, o qual deu condição para que nós pudéssemos estar com o governador no último 11 de março de 2024.

Já na segunda-feira passada, estivemos com o governador Tarcísio de Freitas levando reivindicações sobre, novamente, o transporte das pessoas através de um avião, um ATR, que possa levar 73 pessoas.

Então, é todo um trabalho que começou no dia 16 de outubro de 2011 e culmina agora, no dia 11, com o apoio do governador Tarcísio de Freitas, a quem queremos agradecer e que conhece muito de infraestrutura, aeroportos e também de portos.

Ele que nos deu o aval, que estaria falando novamente com a Azul para que em breve possamos ter a população de Barretos novamente saindo de Barretos e chegando à Congonhas, Congonhas-Barretos, pela manhã, pela tarde e pela noite.

Então, Sr. Presidente, um trabalho que culmina com o resultado para atender as quase cinco milhões de pessoas que vão ao Hospital de Amor todos os anos. Fora isso, a população, as empresas que precisam se deslocar aqui para o centro de São Paulo ou fazer interligações com outros aeroportos nacionais e internacionais.

Muito obrigado a todos.

Vamos continuar trabalhando, em breve traremos novidades para mostrar o nosso trabalho em prol dos pequenos e médios municípios do estado de São Paulo.

Obrigado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Havendo acordo de lideranças, Sr. Presidente, eu peço a suspensão do presente trabalho até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Os nossos trabalhos estão suspensos até as 16 horas e 30 minutos.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 12 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Reaberta a sessão. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Há sobre a mesa requerimento dos nobres deputados Altair Moraes e Gilmaci Santos, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do Fórum Pan-americano de Liberdade, a realizar-se dos dias 17 a 20 de abril do corrente ano, na cidade de Washington, D.C., Estados Unidos da América, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Lucas Bove, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar de uma audiência pública sobre a Conferência Nacional de Educação, Conae, e o Plano Nacional de Educação, PNE, 2024, a realizar-se em 21 de março do corrente mês, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a ser custeada via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa o requerimento do nobre deputado Eduardo Suplicy, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do projeto "História Oral da Renda Básica no Brasil", bem como do lançamento do livro "Renda Básica e Economia Solidária", a realizar-se no dia 28 de março do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro, a ser custeada via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Gerson Pessoa, com o número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do Smart City Expo Curitiba, a realizar-se dos dias 20 a 22 de março do corrente ano, na cidade de Curitiba, sem ônus para este Poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A Ordem do Dia para a 7ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 20/03/2024.

* * *

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu acabei... Nós tivemos, hoje, a reunião da Comissão de Educação e Cultura, e conseguimos unificar para aprovar uma moção, lá para o presidente Lula, para que institua, transforme a Unimep na Universidade Federal de Piracicaba.

Nós entendemos que é importante, porque a Unimep, deputado Carlos Cezar, caiu em um período de falência, quebrou, mas é um prédio que formou todo mundo, né? Eu fui formada lá, fiz mestrado, fui para o doutorado, então eu sou unimepiana, mas não é isso. Setenta e cinco por cento dos professores foram formados lá.

Nós temos 1 milhão e 500 mil pessoas ali na região metropolitana. Piracicaba é sede de região metropolitana e não tem uma universidade. Isso é muito ruim, porque a cada ano 50 mil estudantes se formam. Antes tínhamos a Unimep, que tinha bolsa de estudos, tinha forma de fomento para poder fazer com que o menino ou a menina pudesse estudar, hoje não.

Então eu fiquei muito feliz com essa moção, nobre presidente. Gostaria de que ficasse registrada nas notas taquigráficas, porque foi aprovada a moção conclusivamente, né? Conclusivamente.

Eu já posso mandar lá para o Palácio e pedir para o presidente Lula atender o nosso pedido de toda a população da região metropolitana. É importante, só pra terminar, que ela não é só para Piracicaba, mas pode ser estadual e também nacional. Portanto, daí a importância do tema.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. Será feito da forma regimental. Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiro para também me somar aqui às palavras da deputada Bebel com sentido à antiga Unimep, Universidade Metodista de Piracicaba, que foi uma universidade tradicional e que espero que possa ser reativada.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Em segundo lugar, Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, eu requeiro a V. Exa. o levantamento da presidente da sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental, deputado. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária da manhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 37 minutos.

* * *

19 DE MARÇO DE 2024
6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: CARLOS CEZAR e GILMACI SANTOS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão às 16h46min. Coloca em discussão o PL 1589/23.
2 - PAULO FIORILO
Solicita verificação de presença.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
4 - LUCAS BOVE
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Cumprimenta o ex-deputado estadual Castello Branco e o vereador de São Bernardo do Campo, Paulo Chuchu, presentes no plenário.
6 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde à fala do deputado Paulo Fiorilo. Garante que fiscaliza o correto andamento dos procedimentos durante a sessão.
8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Responde ao deputado Luiz Claudio Marcolino. Reitera sua posição frente ao andamento da sessão.
10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Discute o PL 1589/23.
11 - PAULO FIORILO
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PAULO FIORILO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Anota o pedido.
14 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Para comunicação, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Informa que há acordo entre as lideranças para dar o PL 1589/23 por discutido por uma hora e quinze minutos. Retifica a convocação da segunda sessão extraordinária.
16 - DR. JORGE DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido do deputado Paulo Fiorilo. Lembra a segunda sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 17 horas e 29 minutos. Levanta a sessão às 17h19min.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1589, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Para discutir contra, com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, vamos iniciar um debate importante de um projeto polêmico.

Então eu gostaria que a gente tivesse aqui a presença dos deputados e das deputadas. Por isso peço verificação nominal de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Solicito aos deputados Carlos Cezar e Gilmaci Santos que façam então a verificação de presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, presidente. Desculpe interromper, mas eu queria aproveitar o momento para saudar o nosso sempre deputado Castello Branco, que está presente aqui.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Lucas Bove, não cabe neste momento.

O SR. LUCAS BOVE - PL - (Fala fora do microfone.) Vocês estão no plenário? O deputado Enio está pedindo a palavra. O senhor está no plenário?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Lucas Bove, neste momento não cabe saudação, nós estamos numa verificação de presença. Logo após a finalização, passo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. LUCAS BOVE - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Peço desculpa, presidente. Era só para dizer que o nosso nobre deputado está aqui presente, fazer uma saudação. Peço desculpa pelo meu desconhecimento em relação ao Regimento. Vou me atentar mais da próxima vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - ... assim que finalizar a verificação de presença. Deputado Carlos Cezar, dê sequência à verificação de presença.

Constatado o quórum regimental, devolvo a palavra ao deputado Luiz Claudio Marcolino.

Deputado Lucas Bove, se quiser fazer uma saudação, neste momento, ao nosso nobre deputado Castello Branco.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Boa tarde, Sr. Presidente, gostaria de pedir aos nobres deputados aqui, se possível, uma salva de palmas ao nosso sempre deputado Castello Branco, que está presente, hoje, aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Castello Branco, seja bem-vindo.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Castello Branco, muito obrigado pela sua presença. Seja sempre bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Bem como, na nossa tribuna de honra aqui, a pedido da deputada Valeria Bolsonaro, estamos recebendo também o nosso vereador da cidade de São Bernardo do Campo, Paulo Chuchu. Seja bem-vindo, vereador. (Palmas.)

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Só para um registro: o Regimento sempre é muito claro. E nós estávamos numa verificação de presença, portanto não havia possibilidade de deputados usarem do microfone.

Queria sugerir à Presidência que pudesse ser mais rigorosa, porque esse também é um instrumento para ganhar tempo, e nós sabemos disso.

Então, queria só deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Paulo Fiorilo, assim que eu percebi que não era pertinente, cobrei ao nobre deputado Lucas Bove que parasse com o seu pedido, mesmo porque nós teríamos uma segunda verificação de presença ainda.

Então, não estava no final; teríamos ainda uma segunda verificação. Mas o deputado Lucas Bove, sabedor do Regimento, parou com o seu pedido, e devolvemos a palavra ao nobre deputado Carlos Cezar, para que fizesse a verificação de presença.

Devolvo a palavra agora ao deputado Luiz Claudio Marcolino, para dar sequência. Pela ordem, deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Antes da minha inscrição, solicitar também que, quando for feita a leitura, fosse apreciada sempre a questão da presença e da ausência de todos os deputados.

No momento da leitura, vários deputados não foram citados, alguns foram citados; mais ênfase na ausência do que outros. Só sugerir que da próxima vez fosse feito...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Vou cobrar do nobre orador que fizer a leitura da presença que se atenha ao pedido de Vossa Excelência. Devolvo a palavra ao deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT – SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. É importante, presidente, num debate como este, ter aqui a Casa cheia, porque não é em qualquer momento que a gente debate um projeto que já foi aprovado no mandato passado, do governador Rodrigo Garcia e do governador...

Quando apresenta um projeto como esse, das terras devolutas, que para a gente não é um projeto, nobre deputado Rômulo, de terras devolutas, e sim um projeto de grilagem. Eu e V. Exa., nós não estávamos aqui no governo passado.

Tanto o governador Doria como o vice-governador Rodrigo Garcia apresentaram um projeto, para esta Casa, que praticamente garantiu a doação de terras, do estado de São Paulo, que há algumas décadas foram griladas.

Quando você olha o estado de São Paulo, quem sai uma hora, uma hora e meia do Centro de São Paulo, já começa a ver a quantidade de terras que nós temos no nosso Estado.

Quando você vai um pouco mais longe, cinco ou seis horas, dependendo do lugar, sete horas, chega no Pontal, a gente percebe a quantidade de terras que tem no estado de São Paulo.

Sabemos que boa parte dessas terras, que podia estar sendo utilizada para a reforma agrária ou para ajudar no desenvolvimento do estado de São Paulo, simplesmente está na mão de duas ou três famílias, dois ou três grupos, dependendo da região. Eles detêm praticamente essas terras importantes, que poderiam servir para o desenvolvimento do nosso Estado.

É um projeto que, na minha avaliação, não deveria ter sido aprovado, no ano passado, que é um projeto de lei que foi aprovado, de 2022. E agora o governador apresenta o novo PL, que é o PL 1589, de 2023, que quer prorrogar o prazo para que essas terras devolutas sejam regularizadas.

Como eu disse, para mim não é terra devoluta, é terra que foi grilada, que foi usurpada do estado do São Paulo nessas últimas décadas. E agora, o governo passado e o atual governo querem criar uma roupagem, como se estivessem regularizando algo que é irregular para o estado de São Paulo.

A nossa bancada, além de ter ajuizado uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, fizemos alguns questionamentos que, no mínimo, deveriam ter sido respondidos. Inclusive, é um questionamento legal, para que até a gente pudesse fazer uma avaliação.

Porque a previsão de regularização dessas terras griladas era de 18 meses. Então esse um ano e meio se passou. Só que muitas perguntas e questionamentos ficaram em relação a esse programa, a esse projeto de lei que autoriza e regulariza as terras griladas no estado de São Paulo.

Quais as perguntas que nós deixamos e colocamos aqui? Já mandamos para o governador do estado de São Paulo. Já encaminhamos à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Já mandamos para a Fundação Itesp. Aqui, alguns questionamentos.

Quantos requerimentos, para a regularização de terras, foram apresentados ao Executivo estadual, até o dia 23 de janeiro de 2024?

Quem solicitou? É necessário saber os números de CPF ou CNPJ do proprietário. O requerimento foi feito, pela bancada do Partido Trabalhadores, ao Itesp e à Secretaria da Agricultura, e até agora não obtivemos resposta.

Uma outra pergunta, que nós também indagamos. Qual a área de cada imóvel objeto dos pedidos de regularização em curso?

Qual a área somada de todos os pedidos? Indicar os fundamentos técnicos que tenham sido utilizados, para que exista o reconhecimento da identidade dos imóveis, em caso de apuração de eventuais divergências de áreas ou descrições para cada caso.

Uma outra pergunta. Indicar qual é a exploração agrícola ou pecuária predominante em cada imóvel. Que tipo de agricultura ou pecuária está sendo beneficiada?

Quantos processos já foram objeto de manifestação conclusiva por parte do Itesp? É necessário conhecer cada parecer conclusivo expedido pelo Itesp.

Qual é a porcentagem de desconto concedido em cada caso?

Quantas áreas possuem desconto de 90 por cento? Indicar os percentuais aplicados, do respectivo valor venal, e critérios utilizados.

Foi expedido algum documento, para cada pedido de regularização de terra devoluta, decorrente da análise final de procedimentos realizados nos termos do Programa Estadual de Regularização de Terras?

Quantos títulos de domínio foram entregues, a partir da aplicação da Lei nº 17.557, de 2022?

Há algum documento que possa servir de título aquisitivo, nos termos da legislação civil, para efeito de transmissão de propriedade? Foi constituído Comitê de Monitoramento do Programa Estadual de Regularização de Terras previsto no Art. 11 do Decreto nº 67.151, de 2022?

Foi criado esse Comitê de Monitoramento em que data? Quem são os membros do Comitê de Monitoramento do Programa Estadual de Regularização de Terras? Quais foram as datas da publicação das respectivas nomeações? Quantas reuniões foram realizadas?

É necessário ter acesso às cópias das respectivas atas. Houve parecer do comitê a respeito dos processos de regularização ou manifestação desse órgão sobre os procedimentos utilizados para a regularização de terras? Em caso positivo, é necessário ter acesso às cópias das análises e manifestações.

Foi emitido o parecer da PGE a respeito de algum procedimento realizado nos termos do Programa Estadual de Regularização de Terras? Em caso positivo, favor encaminhar cópias à bancada do Partido dos Trabalhadores.

Houve parecer emitido no âmbito da Secretaria de Agricultura a respeito de algum procedimento nos termos do Programa Estadual de Regularização de Terras? Em caso positivo, remeter as cópias dos pareceres emitidos.

Em 23 de agosto de 2023, foi aprovado um documento da lavra do então secretário-executivo adjunto do Itesp, no qual constatou que a Fundação Itesp tem sua competência decorrente da Constituição do Estado de São Paulo, quando tratou da política agrícola, agrária e fundiária nos Arts. 184 a 189, razão pela qual a Lei Estadual nº 10.207, de 99, estabeleceu como seu objetivo planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias, competindo-lhe atuar na promoção dos planos públicos de valorização e aproveitamento dos seus recursos fundiários.

Tendo em vista essa informação, solicita-se remessa de cópia do Plano Público de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários; remessa do ato que analisa a compatibilidade entre os planos em questão e os atos da disposição previstos na Lei nº 17.557, de 2022, para cada imóvel que teve manifestação favorável por parte da Fundação Itesp.

Solicitamos que sejam apontadas as precauções para evitar que exista a celebração de acordo com áreas que tenham sido desmembradas artificialmente a fim de evitar a incidência da vedação do Art. 2º, da Lei nº 17.557, de 2022, no que se faz referência ao § 1º do Art. 188 da Constituição Federal.

Solicitamos que sejam indicadas as providências adotadas para assegurar que não existe, em relação a cada uma das áreas, objeto de qualquer transação ou interesse por parte da administração estadual, nos termos do Art. 1º, § 2º, do Decreto nº 67.151, de 2022.

Informar se há representação da Fundação Itesp relativa à existência de terras devolutas no estado de São Paulo aguardando as providências necessárias ao ajuizamento de ações discriminatórias; informar o número de processos discriminatórios em andamento, acompanhados dos respectivos números; indicar o número de processos discriminatórios transitados em julgado.

Então, esses são alguns questionamentos que apresentamos à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e apresentamos ao Itesp. É estranho o governador apresentar um aditivo a um projeto de lei aprovado em 2022 que dá o prazo de um ano e meio, de 18 meses, para fazer essa regularização das terras griladas, com o preço muito abaixo ao de mercado, com prazo muito longo, estendido ao longo das próximas décadas, para regularizar algo ilegal para o que o Governo do Estado fechou os olhos durante muitos anos.

A região do Pontal é uma região de conflitos, conflitos permanentes, porque é uma área em que hoje nós temos praticamente um número muito grande de assentamentos no estado de São Paulo, assentamentos importantes esses, que geram hoje boa parte da agricultura, nobre deputado Jorge do Carmo, para o estado de São Paulo, produtos esses que vêm da reforma agrária, que vêm a partir da reforma agrária que foi feita no estado de São Paulo, uma pouca da reforma agrária, ainda temos aí muitos acampamentos, mas ali não só a (Inaudível.) é produzida, mas nós temos ali muito leite, que também é produzido pelos assentamentos na região do Pontal.

Só que os grileiros que lá estão, boa parte hoje desses grileiros, que também dizem que são do Agronegócio, enchem a boca para falar do Agronegócio, mas nós sabemos que boa parte hoje dessa gestão dessas terras são em terras do Estado.

Não é terra que empresário foi lá e adquiriu, que o empresário foi lá e comprou. São terras do estado de São Paulo, que hoje esses grileiros no estado de São Paulo, com a complacência do governador passado, praticamente regularizam a terra que foi grilada, mas esse mesmo governador, que lá atrás grilou a terra, não teve a competência de ampliar a reforma agrária no estado de São Paulo, e deixou que esse conflito no Pontal perdurasse por diversas décadas.

Então para a gente é importante fazer essa reflexão, e cobrarmos o governador Tarcísio, que deveria, no mínimo, responder os questionamentos que a bancada do Partido dos Trabalhadores fez, e são os questionamentos baseados na lei aprovada.

Se a gente olhar aqui cada questionamento que nós fizemos, a lei aprovada, ela garante no mínimo a transparência, ela garante que, no mínimo, os deputados possam ter acesso a quais áreas foram nesse período autorizadas pelo Itesp, para fazer a sua regularização. Mesmo sendo uma área que foi grilada, mas se tem um projeto de lei que garante que pode ser feita a regularização, no mínimo essas informações teriam que ser prestadas aqui aos 94 deputados estaduais, mas isso a Secretaria da Agricultura e Abastecimento não apresentou.

O Itesp, que é o órgão técnico responsável de fazer a análise, para ver se está compatível ou não o valor apresentado dessas terras, também não apresentou. Então, nós não sabemos se, de fato, essas terras continuam sendo produtivas ou não, se estão produtivas ou não.

Se é produtiva, qual tipo? É gado, é a pecuária, é a agricultura? Que tipo de produto tem sido trabalhado nessas terras? Qual a quantidade de trabalhadores que têm? Qual é a metragem dessas áreas que foram discutidas a partir do projeto aprovado no ano passado?

Por isso que nós não somos contrários a fazer o debate desse projeto, mas o mínimo é apresentar de forma transparente tudo o que já aconteceu dentro desse um ano e meio. Essa é a reflexão. Esse é o debate que o Partido dos Trabalhadores traz para esta Casa, porque a lei já foi aprovada.

A lei já foi aprovada em 22, mesmo com a contrariedade da bancada do PT, do PSOL, dos partidos de centro-esquerda aqui na Assembleia. Fomos contrários naquele momento, só que agora o debate é se se prorroga ou não esse prazo.

Só que para prorrogar esse prazo, sequer as informações básicas que nós solicitamos ao Governo do Estado de São Paulo, e agora já é o governador Tarcísio, não é mais o governador lá atrás, o governador Doria, o governador Rodrigo Garcia, que estava naquele momento.

Nós estamos falando agora do governador hoje, Tarcísio, que hoje é o governador do estado de São Paulo, e solicito prorrogação desse projeto de lei, para garantir a realização de testes. Nós não sabemos até agora quantas propriedades, efetivamente, nobre deputado Paulo Fiorilo, foram tituladas nesse período.

Então, o mínimo que nós queremos é transparência. O mínimo que nós queremos é informação. Com base nessas